



**6º SIMULADO**  
PARA 1ª FASE

**XXXIII**

**EXAME DE ORDEM**

## PROVA OBJETIVA

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <https://bit.ly/Simulado-XXXIII-Exame-de-Ordem-09-10-21>

Siga as nossas Redes Sociais

[Estratégia OAB no YouTube](#)

[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.



# Estratégia

OAB

## ÉTICA PROFISSIONAL

---

Priscila Ferreira

### Questão 1

Diante de uma catástrofe que ocorreu no Estado de São Paulo, fruto da queda de um grande prédio em seu centro comercial, averiguou-se o falecimento de três mil pessoas. Diante desta situação, o advogado Celso Portioli, inscrito na OAB/SP, anunciou os seus serviços em um jornal de grande circulação na cidade, apontando o direito de indenização das famílias que perderam os seus entes queridos, e com a afirmação de que garantia o êxito da demanda.

Diante do exposto, assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto da OAB.

- a) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Federal.
- b) O processo disciplinar instaura-se apenas mediante representação de autoridade competente ou pessoa interessada.
- c) O advogado deverá ser suspenso preventivamente, desde que respeitado o contraditório prévio.
- d) O Conselho Seccional de São Paulo poderá instaurar processo ético-disciplinar contra o advogado.

### Questão 2

A advogada Ana Clara foi condenada, em sede de processo disciplinar, pelo Tribunal de Ética e Disciplina da OAB. Contudo, a advogada almeja a revisão do processo disciplinar, sob a alegação de condenação baseada em falsa prova.

Acerca do tema, revisão de processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- a) Torna-se possível a revisão do processo disciplinar apenas por erro de julgamento.
- b) A competência para processar e julgar o processo de revisão é do Conselho Federal.
- c) O pedido de revisão suspende os efeitos da decisão condenatória.
- d) A revisão processar-se-á perante a Segunda Câmara, reunida em sessão plenária, quando o órgão competente for o Conselho Federal.

### Questão 3

Latifa, estagiária inscrita na OAB, foi contratada para estagiar em um grande escritório de advocacia no Rio de Janeiro. Contudo, a estagiária estranha a possibilidade de praticar alguns atos, os quais considerava privativos de advogado.

Assim, acerca do tema, estágio profissional, assinale a alternativa correta.

- a) A estagiária inscrita na OAB não pode retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.

6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021

- b) A estagiária inscrita na OAB não pode assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais ou administrativos.
- c) A estagiária inscrita na OAB não pode obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças.
- d) Para o exercício de atos extrajudiciais, a estagiária pode comparecer isoladamente, quando receber autorização ou substabelecimento do advogado.

**Questão 4**

O advogado Aldo pretende obter a sua reabilitação no Conselho Seccional de São Paulo, após ter sofrido diversas sanções disciplinares.

Acerca do tema reabilitação, assinale a alternativa correta.

- a) É permitido ao que tenha sofrido qualquer sanção disciplinar requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento.
- b) A reabilitação frente a sanção disciplinar que for fruto da prática de crime, não dependerá também da correspondente reabilitação criminal.
- c) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação não é do Conselho Seccional que aplicou a sanção disciplinar.
- d) A competência para processar e julgar o pedido de reabilitação dos advogados sempre será do Conselho Federal.

**Questão 5**

Dra. Renata, advogada, inaugura um novo escritório em Florianópolis e contrata uma empresa para elaboração dos seus cartões de visita.

No que se refere a publicidade em cartões e material de escritório, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, não poderá fazer constar sua fotografia pessoal, mas tão somente a do escritório.
- b) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, não poderá fazer constar as distinções honoríficas relacionadas à vida profissional, mas tão somente a indicação de títulos acadêmicos.
- c) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, poderá fazer constar a indicação de títulos acadêmicos e cargos públicos ocupados.
- d) A advogada, ao promover a elaboração de cartões, não poderá fazer constar menção ao cargo de professor universitário.

**Questão 6**

Tirolipa, advogado, foi contratado para defender um grande criminoso, reconhecido no tráfico de drogas. O advogado foi formalmente constituído por meio de mandato judicial, mas no curso do processo optou por substabelecer, com reserva de poderes, ao seu colega advogado e parceiro, Dr. Tiririca.

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

Acerca do tema mandato e substabelecimento, assinale alternativa correta.

- a) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa.
- b) O substabelecimento do mandato com e sem reserva de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- c) O mandato judicial se extingue pelo decurso de tempo, salvo se o contrário for consignado no respectivo instrumento.
- d) A renúncia ao mandato exclui a responsabilidade por danos eventualmente causados ao cliente ou a terceiros.

**Questão 7**

A advogada Arlete consulta o Tribunal de Ética e Disciplina para averiguar a melhor forma de cobrar a sua nova cliente, já que mudou-se de domicílio profissional e pretende alterar algumas estruturas de seu escritório.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada poderá emitir duplicata como forma de cobrança dos honorários, sendo vedado o seu protesto.
- b) A advogada poderá receber os honorários por meio de cheque, sendo autorizado o seu protesto, quando frustrada a tentativa de recebimento amigável.
- c) A advogada não poderá receber os honorários por sistema de cartão de crédito.
- d) A advogada não poderá emitir fatura, ainda que autorizado pelo cliente.

**Questão 8**

Em sessão realizada no Conselho Federal da OAB diversas autoridades comparecem para fins de participação na votação sobre o repasse de verbas a determinados órgãos jurídicos.

Acerca da possibilidade de voz e voto na sessão do Conselho Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os presidentes dos Conselhos Seccionais, nas sessões do Conselho Federal, têm lugar reservado junto à delegação respectiva e direito a voz e voto.
- b) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui direito a voto e voz.
- c) O Ex-Presidente do Conselho Federal, a título honorário, possui somente direito a voz.
- d) O detentor da Medalha Rui Barbosa possui somente direito a voto.



FILOSOFIA DO DIREITO

---

Jean Vilbert

**Questão 9**

*“A maior felicidade do maior número é o fundamento da moral e da legislação.”*

O trecho acima referido é axioma que espelha o pensamento de:

- a) Aristóteles.
- b) Platão.
- c) Immanuel Kant.
- d) Jeremy Bentham.

**Questão 10**

*“O que inicia e constitui realmente qualquer sociedade política nada mais é senão o assentimento de qualquer número de homens livres e capazes de maioria em se unirem e incorporarem a tal sociedade” (John Locke, Segundo Tratado sobre o Governo - adaptado).*

O trecho destacado discute um aspecto fundamental da ciência política contemporânea, o conceito de:

- a) legitimidade.
- b) poder.

- c) controle social.
- d) soberania.



Diego Cerqueira

**Questão 11**

Um Estado da federação situado ao sul do Brasil promulgou determinada lei ordinária, de iniciativa do Deputado Estadual Pedrinho do Bem. De acordo com a referida lei, aos agentes públicos que fiscalizam o trânsito, quando estiverem exercendo a função, apenas é permitido notificar o infrator em situações e sob as condições especificadas no texto, não constantes de lei federal. Com base no nosso ordenamento jurídico:

- a) a lei está de acordo com a Constituição de 1988, uma vez que cuida de matéria de competência legislativa própria do Estado, com base no interesse regional do tema.
- b) a lei não está de acordo com a Constituição de 1988. Trânsito e transporte é matéria de competência legislativa privativa da União e para que qualquer Estado possa legislar sobre questões específicas era preciso existir autorização em lei complementar federal.
- c) a lei está de acordo com a Constituição de 1988, já que trata de competência comum entre os entes.



**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

d) a lei não está de acordo com a Constituição de 1988, visto que a iniciativa do projeto de lei caberia ao Governador.

**Questão 12**

Marcos da Mudança, Presidente da República, encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei cujo objeto foi: a fixação do quadro de cargos da Polícia Federal e a respectiva remuneração.

Após sofrer emenda parlamentar que alterou o número de cargos previsto para mais, houve a aprovação da proposta. Marcos não ficou feliz com a alteração e decidiu não sancionar o projeto, que retornou para o Congresso. Com base no sistema jurídico-constitucional vigente,

a) como o Presidente da República não sancionou expressamente, caso decorra 10 úteis ocorrerá a sanção tácita do projeto de lei.

b) ocorrendo a sanção tácita, não haverá ato de promulgação da lei pelo Chefe do Poder Executivo. Isso porque a lei será promulgada pelo Presidente do Senado em 48 horas. Caso este não realize a promulgação em igual prazo, competirá ao Vice Presidente do Senado fazê-lo.

c) a emenda parlamentar foi validamente proposta e aprovada, já que versou sobre a mesma matéria do projeto de lei encaminhado pelo Presidente (que possui a competência privativa para a iniciativa de leis que criem cargos públicos de policiais federais e que disponham sobre sua remuneração).

d) como o Presidente da República não sancionou expressamente, o projeto de lei será tacitamente sancionado após 15 dias úteis.

**Questão 13**

Em 2021, a Câmara dos Deputados instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O objetivo era investigar suposto desvio de verbas públicas. Logo a CPI realizou os seguintes comandos: a) solicitou a oitiva de acusados e testemunhas; b) decretou a indisponibilidade de bens de um Ministro de Estado; c) solicitou que as empresas de telefonia fornecessem a lista dos números de telefones que o Ministro em questão teria tido contato no período sob investigação. É correto afirmar que:

a) a CPI dependerá do requerimento de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara de Deputados e Senado Federal, em conjunto ou separadamente sujeitando-se ainda a eventual aprovação do Plenário.

b) A CPI tem poderes para solicitar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021

- c) A Câmara dos Deputados não pode, isoladamente, formar uma CPI, já que, pela dimensão da tarefa investigativa que realiza, precisa atuar em conjunto com o Senado Federal.
- d) A CPI tem poderes para solicitar a interceptação das comunicações telefônicas.

**Questão 14**

Catarina é brasileira naturalizada, com 25 anos de idade. Ela se encontra pela segunda vez consecutiva no exercício do mandato de Vereadora no Município Beta. Além disso, é filha da Governadora do Estado X em que possui domicílio eleitoral. Catarina pretende se candidatar a outro cargo eletivo. De acordo com a Constituição Federal,

- a) Catarina pode se candidatar na esfera municipal, a Prefeita, apenas, desde que renuncie ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
- b) Catarina pode se candidatar na esfera estadual, a Deputada Estadual, mas não a Governadora do Estado, estando ainda impossibilitada de concorrer a mandatos na esfera municipal.
- c) Catarina pode se candidatar na esfera municipal, à reeleição para Vereador, apenas, sem precisar para tanto renunciar ao respectivo mandato.
- d) Catarina pode se candidatar na esfera estadual, a Governador do Estado, mas não a Deputado Estadual, estando ainda impossibilitado de concorrer a mandatos na esfera municipal.



Estratégia  
OAB

**Questão 15**

O Presidente da República editou medida provisória disciplinando o aluguel de imóveis no Brasil. Ele acreditava que esta era matéria relevante e urgente, por causa do crescimento imobiliário no país. Por meio da medida determinou diversos requisitos e formalidades que deveriam ser observados por aqueles que fossem realizar negócios jurídicos dessa natureza. Se passaram 60 dias e não ocorreu a apreciação da medida provisória por parte do Congresso Nacional. Assim, a vigência foi prorrogada por mais 60 dias. Mias 60 dias se passaram sem que o Congresso Nacional

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

convertesse a medida em lei. Alguns juristas ficaram em dúvida sobre as relações jurídicas decorrentes da referida medida provisória, constituídas durante o seu período de vigência. Com base no sistema jurídico constitucional, é correto afirmar que as relações:

- a) deverão ser disciplinadas por resolução do Senado Federal, em até 45 dias da perda da eficácia da medida provisória, passando a ser regidas pela legislação anteriormente vigente caso não observado esse prazo.
- b) permanecerão regidas pela medida provisória, não obstante esta tenha perdido sua eficácia por decurso do prazo, em virtude das garantias fundamentais do respeito ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.
- c) passarão a ser regidas pela legislação que anteriormente disciplinava a matéria, uma vez que as medidas provisórias que não forem convertidas em lei no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período, perderão eficácia desde a sua edição.
- d) deverão ser disciplinadas por decreto legislativo do Congresso Nacional em até 60 dias da perda da eficácia da medida provisória, conservando-se por ela regidas caso não editado o decreto legislativo dentro desse prazo.

**Questão 16**

Um partido político específico compreendeu que uma determinada lei municipal, editada no ano de 1982, estava em conflito com preceito fundamental da CRFB/88. Por isso, propôs uma ADI perante a Suprema Corte. Com base no regramento brasileiro do controle de constitucionalidade e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, podemos afirmar que a ADI:

- a) poderá ser julgada procedente, desde que a inconstitucionalidade seja reconhecida por, pelo menos, 8 Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) poderá ser indeferida liminarmente, pois a ADI somente se realiza controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo editado na vigência da atual Constituição, ou, com base no princípio da fungibilidade pode ser conhecida como arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c) deverá ser extinta, uma vez que não preenchido o requisito da “pertinência temática”, na medida em que a norma impugnada não diz respeito às atividades do partido.
- d) poderá ser julgada procedente, caso a inconstitucionalidade seja reconhecida pela maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal presentes na sessão de julgamento, desde que essa conte com a presença de, ao menos, 6 Ministros.

**Questão 17**

Ronaldo, Presidente da República, realizou um ato que atentou contra o livre exercício do Poder Legislativo. Com base na Constituição Federal:

- a) houve por parte do Presidente da República a prática de um crime de responsabilidade, o que admite a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, sendo ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) não houve por parte do Presidente uma conduta tipificada como crime, devendo sofrer sanções administrativas, dependendo de deliberação de, no mínimo, dois terços do Congresso Nacional.
- c) houve por parte do Presidente da República a prática de um crime de responsabilidade, o que admite a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, sendo ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- d) houve por parte do Presidente da República a prática de um crime comum, o que admite a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, sendo ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

**DIREITOS HUMANOS**

Ricardo Torques

**Questão 18**

Dois Estados foram denunciados perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos por violação de obrigações assumidas no âmbito do Pacto de São José da Costa Rica em dois processos distintos.

O Estado Gama, que é um estado federal, alega que os fatos narrados foram cometidos por autoridades de uma das unidades federadas subnacionais, não cabendo a condenação do estado nacional por atos exercidos pelos entes subnacionais.

Já o Estado Delta, na sua defesa, afirma que foi necessária a suspensão de alguns dos direitos previstos no Pacto em razão de situação de grave perigo público, o qual precisou ser debelado por meio de medida enérgica.

Sobre a defesa de ambos os Estados, supondo que as alegações foram devidamente comprovadas, podemos afirmar que:

- a) tanto a defesa do Estado Gama quanto a do Estado Delta não têm qualquer respaldo no Pacto de São José da Costa Rica.
- b) tanto a defesa do Estado Gama quanto a do Estado Delta têm respaldo no Pacto de São José da Costa Rica.
- c) apenas a defesa do Estado Gama tem respaldo no Pacto de São José da Costa Rica.
- d) apenas a defesa do Estado Delta tem respaldo no Pacto de São José da Costa Rica.

### Questão 19

Morgana, mulher negra, se candidatou a vaga de empregada doméstica veiculada em jornal. A patroa, ao receber Morgana, imediatamente a mandou embora, afirmando que não aceitaria uma negra dentro da sua casa.

Morgana levou o fato ao conhecimento da Polícia Civil, que iniciou inquérito policial. Após a remessa do inquérito ao Ministério Público, o promotor de justiça responsável afirmou que não houve qualquer crime, entendendo que se tratou de mera desavença contratual. Assim, requereu o arquivamento do inquérito, o que foi deferido pelo juiz.

Morgana peticionou diversas instituições sobre o caso, mas não obteve qualquer resposta. Você, procurado por Morgana para atuar como advogado, lhe informou corretamente que:

- a) aparentemente, o procedimento criminal observou todos os trâmites processuais pertinentes, de forma que não cabe o reconhecimento de qualquer violação dos direitos humanos.
- b) a situação narrada constitui clara violação do direito à não discriminação e de acesso à justiça.
- c) apesar da violação do direito humano à não discriminação, não há solução adequada para a situação, pois as autoridades brasileiras analisaram devidamente o caso e entenderam em sentido contrário.
- d) a situação narrada constitui clara violação do direito à não discriminação, mas não seria possível condenar o Estado brasileiro em sede internacional por apenas uma situação isolada.

## DIREITO INTERNACIONAL

---

Vanessa Arns

### Questão 20

John Jones, um agente diplomático britânico, comete um crime de homicídio no Brasil, estado acreditado. Considerando tal caso, assinale a afirmativa correta.

- a) John Jones será julgado no Brasil, pois deve cumprir as leis desse Estado.
- b) John Jones poderá ser julgado pelo Brasil desde que o agente renuncie a imunidade de jurisdição.
- c) Em nenhuma circunstância pode John Jones ser julgado no Brasil.

d) John Jones poderá ser julgado pelo Brasil, desde que a Inglaterra renuncie expressamente à imunidade de jurisdição.

### **Questão 21**

Tendo por base a Carta das Nações Unidas, assinale a afirmativa correta.

- a) A Assembleia Geral pode expulsar um Estado membro que tenha persistentemente violado os princípios da Carta das Nações Unidas, ouvido o Conselho de Segurança.
- b) Os principais órgãos das Nações Unidas são a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, a Organização Mundial do Comércio e a Corte Internacional de Justiça.
- c) As principais atribuições do Conselho de Segurança são a manutenção da paz internacional e a liberalização dos fluxos internacionais de comércio.
- d) Um Estado não pode se tornar membro da Corte Internacional de Justiça sem antes se tornar membro nas Nações Unidas.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

---

Rodrigo Martins

### **Questão 22**

A pessoa jurídica ABC Ltda. prestou serviços sujeitos ao ISS - Imposto sobre Serviços nos meses de janeiro a junho do ano de 2009, mas deixou de declarar e recolher o imposto devido. Ao constatar essa omissão, o Fiscal Tributário Municipal lançou de ofício o imposto e a multa devidos, que foram definitivamente constituídos em 30/10/2014. Como tais débitos não foram pagos e como não foram objetos de qualquer providência por parte da contribuinte, a Fazenda Pública Municipal ajuizou a Execução Fiscal de cobrança em 05/12/2019, tendo o juiz determinado a citação da devedora por meio de despacho exarado em 15/12/2019. Com base na hipótese apresentada, é correto afirmar que os créditos tributários em questão:

- a) Estão com a exigibilidade suspensa, impedindo a cobrança.
- b) Ainda não foram extintos, sendo regular a cobrança.
- c) Já foram extintos pela decadência, sendo indevida a cobrança.
- d) Já foram extintos pela prescrição, sendo indevida a cobrança.

### **Questão 23**

A pessoa jurídica Beta Ltda. teve sua falência decretada em 22/05/2020, quando já possuía: i) um imóvel hipotecado para garantia de dívidas contraídas junto à uma instituição financeira; ii) débitos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados; iii) débitos decorrentes da legislação do trabalho, no valor de 130 salários mínimos; e iv) multas por infração à legislação ambiental. Considerando que esses são as únicas dívidas da massa falida, é correto afirmar que o débito de natureza tributária deve ser quitado em:

- a) Primeiro lugar.
- b) Segundo lugar.
- c) Terceiro lugar.
- d) Quarto lugar.

**Questão 24**

João é funcionário público municipal. Quanto à Contribuição Social por ele devida, destinada ao custeio do seu plano de aposentadoria, deve ser recolhida:

- a) Ao órgão ou entidade de previdência federal, independentemente do seu regime de vinculação ao serviço público (estatutário/efetivo ou não estatutário/temporário) e da existência, no Município, de regime previdenciário próprio.
- b) Ao órgão ou entidade de previdência estadual, do Estado-membro onde localizado o Município, se ele for funcionário não estatutário/temporário, nomeado em cargo de livre provimento e exoneração, desde que o Município não tenha regime previdenciário próprio.
- c) Ao órgão ou entidade de previdência municipal, se ele for funcionário estatutário/efetivo, nomeado após aprovação em concurso público, desde que o Município tenha regime previdenciário próprio.
- d) Ao órgão ou entidade de previdência municipal, se ele for funcionário não estatutário/temporário, nomeado em cargo de livre provimento e exoneração, desde que o Município tenha regime previdenciário próprio.

**Questão 25**

A RFB - Receita Federal do Brasil autuou a empresa Gama Ltda. pela prática de sonegação fiscal. A multa punitiva foi de 150% sobre o valor dos tributos sonegados e a multa moratória foi de 25% sobre o valor dos tributos não recolhidos na data do vencimento. Sobre essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) Somente a multa punitiva afrontou o Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco.
- b) Somente a multa moratória afrontou o Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco.
- c) As duas multas afrontaram o Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco.
- d) As multas tributárias não se submetem ao Princípio da Vedação da Tributação com Efeito de Confisco, que é aplicável somente aos tributos.

**Questão 26**

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

André, residente e domiciliado no Estado X, doou um apartamento localizado no Estado Y para seu irmão, Carlos. A escritura pública de doação foi lavrada perante tabelião localizado no Município M, no Estado Z, local do domicílio de Carlos. Ao recolher o imposto incidente sobre essa transmissão de bem imóvel, o contribuinte constatou que a entidade tributante adota um sistema progressivo de alíquotas para o ITCMD - Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação. Sobre essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) O ITCMD é devido ao Estado X e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.
- b) O ITCMD é devido ao Estado Y e a progressividade das alíquotas é constitucional.
- c) O ITCMD é devido ao Estado Z e a progressividade das alíquotas é inconstitucional.
- d) O ITCMD é devido ao Município M e a progressividade das alíquotas é constitucional.



# Estratégia

OAB

---

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

Igor Maciel

**Questão 27**

Francisco, Prefeito do Município Casa Feliz, encontrava-se insatisfeito com o imóvel sede da Prefeitura. O imóvel atual, localizado na Rua Sorriso, já não comportava mais o quadro de funcionários do órgão, pois, em data recente, o Prefeito havia nomeado novos agentes administrativos, após regular realização de concurso público. Diante dessa situação, Francisco o procurou buscando orientações acerca do procedimento para aquisição da nova sede municipal,



**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

pois já havia encontrado o novo imóvel que atenderia exatamente às necessidades de instalação da Prefeitura Municipal. Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e na qualidade de advogado, é correto afirmar que:

- a) Francisco deverá realizar licitação para a aquisição da nova sede da Prefeitura, pois a Prefeitura Municipal é órgão da administração direta.
- b) Francisco estará obrigado a licitar apenas se a hipótese se tratar de locação do novo imóvel, havendo dispensa da licitação para a compra do imóvel.
- c) É inexigível a realização da licitação para a aquisição do imóvel escolhido por Francisco, devendo ser realizada a contratação direta.
- d) Francisco poderá exercer juízo de conveniência e oportunidade quanto à realização ou não do procedimento licitatório, visto que é caso de dispensa de licitação.

**Questão 28**

Caio, servidor público federal aprovado em concurso de provas e títulos e ocupante de cargo de provimento efetivo, completou 75 anos de idade e aposentou-se. Uma semana após a publicação da sua aposentadoria compulsória, foi convidado por Antônio, titular de uma das secretarias do Ministério da Economia, para exercer cargo em comissão. Preocupado acerca do convite pois já contava com 75 anos de idade, Caio o procurou para saber acerca da legalidade da contratação. Na qualidade de advogado de Caio, é correto afirmar que:

- a) Caio não poderá assumir o cargo em comissão pois já contava com 75 anos de idade, ou seja, idade elegível para a aposentadoria compulsória.
- b) Caio poderá assumir o cargo em comissão e será hipótese de reversão, pois houve o retorno à atividade de servidor aposentado.
- c) Caio não poderá assumir o cargo em comissão, pois o ingresso no serviço público dar-se-á apenas mediante a aprovação em concurso de provas e/ou títulos.
- d) Caio poderá assumir o cargo em comissão e cumular sua remuneração com os proventos de sua aposentadoria.

**Questão 29**

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

Mariana, agente da Polícia Federal lotada em Recife, após viagem a trabalho para o estado do Ceará, apaixonou-se pelo colega João, escrivão da Polícia Federal, que conheceu durante os trabalhos. A lotação original de João é na cidade de São Paulo. Ao retornar de viagem, Mariana terminou o relacionamento amoroso que mantinha com Pedro, o irmão de Carlos, que é delegado federal e seu chefe na superintendência da PF no estado de Recife, e começou a namorar com João. Pedro, ex-namorado de Mariana, entrou em depressão por conta do término, razão pela qual seu irmão Carlos passou a nutrir sentimentos de ódio por Mariana, culpando-a pela situação. Por isso, para se vingar, Carlos removeu de ofício Mariana, no interesse da administração, para a sede da Polícia Federal no município de Pacaraima, cidade brasileira que faz fronteira com a Venezuela. Na qualidade de advogado de Mariana, que se sentiu prejudicada com o ato de remoção, é correto afirmar que:

- a) O ato de remoção praticado por Carlos é válido pois ele é chefe imediato de Mariana.
- b) O ato de remoção praticado por Carlos está viciado, razão pela qual Mariana conseguirá reverter a situação, com posterior revogação judicial do ato que a removeu.
- c) O ato de remoção praticado por Carlos está viciado, razão pela qual Mariana conseguirá reverter a situação, com posterior anulação judicial do ato que a removeu.
- d) O ato de remoção praticado por Carlos é válido pois a remoção de Mariana deu-se de ofício, portanto, no interesse da administração.

**Questão 30**

Danilo, servidor público efetivo lotado na Corregedoria de determinada autarquia federal, recebeu por meio de carta anônima, denúncia acerca da prática de infração administrativa por Márcio, também servidor efetivo. À luz da jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- a) Danilo, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público por meio da denúncia anônima, deverá instaurar sindicância ou investigação preliminar.
- b) Danilo não poderá instaurar o processo administrativo disciplinar para apurar a conduta de Márcio, em razão da vedação constitucional ao anonimato.
- c) Danilo, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público por meio da denúncia anônima, tem o dever de promover a sua apuração imediata por meio de processo administrativo disciplinar, assegurado ao acusado o direito à ampla defesa.
- d) Com base no entendimento do STJ, não é admitida a instauração de ofício de processo administrativo disciplinar oriunda de denúncia anônima.

**Questão 31**

No ano de 2019, Patrícia foi aprovada em concurso público de provas e títulos para o cargo de enfermeira no município de Flores. O certame contou apenas com vagas para cadastro de reserva. Em 2020, após o início da pandemia da Covid-19, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública contra o Município pedindo a contratação de mais profissionais da área da saúde para atendimento da população. Em razão dessa demanda, o Município fez a contratação temporária de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem para auxiliar no atendimento das pessoas acometidas da Covid-19. Inconformada, Patrícia decidiu ingressar com ação judicial, pois era a primeira colocada na lista de aprovados do certame. Na qualidade de advogado de Patrícia, considerando o entendimento do STF e do STJ, é correto afirmar:

- a) Patrícia terá direito subjetivo à nomeação, considerando sua aprovação em concurso público e o surgimento de novas vagas.
- b) Patrícia não terá direito subjetivo à nomeação, entretanto, o Município é obrigado a contratá-la temporariamente, vez que ela é a primeira colocada aprovada no cadastro de reserva.
- c) A contratação temporária de enfermeiros pelo Município Flores configura preterição ilegal e arbitrária da nomeação de Patrícia, considerando que o certame realizado em 2019 ainda se encontrava válido.
- d) A contratação temporária de terceiros pelo Município Flores para o desempenho de funções do cargo de enfermeiro, em decorrência da pandemia causada pela COVID 19, e determinada por decisão judicial, não configura preterição ilegal e arbitrária, nem enseja direito a provimento em cargo público em favor de Patrícia.

**Questão 32**

Lara, residente no Município Sol, encontrava-se inadimplente com a concessionária de energia elétrica e teve o fornecimento de energia elétrica de sua casa suspenso. Arthur, residente no Município Lua, encontrava-se, há mais de 48 horas, sem energia elétrica em sua casa, por conta de situação emergencial, decorrente de fortes chuvas, que ocasionaram a queda de algumas árvores e conseqüente rompimento dos cabos. Acerca do princípio da permanência, é correto afirmar que:

- a) Para ser considerada regular a interrupção do serviço de energia elétrica da casa de Arthur, exige-se o aviso prévio.
- b) A situação de Arthur consiste em descontinuidade da prestação de serviço público.
- c) A interrupção do fornecimento de energia elétrica da casa de Lara independe de aviso prévio, diante da inadimplência da usuária.
- d) A interrupção do fornecimento de energia elétrica da casa de Lara, desde que mediante aviso prévio, não constitui ofensa ao princípio da permanência, vez que atende ao interesse da coletividade.

## DIREITO AMBIENTAL

---

Roserval Júnior

### Questão 33

Uma barragem de rejeitos de empresa mineradora localizada no norte do estado de Minas Gerais sofreu um rompimento causando grandes danos. A barragem da mineradora usava uma tecnologia de construção bastante comum nos projetos de mineração, mas é considerada uma opção menos segura e mais propensa a riscos de acidentes, porque a barragem é construída em cima de rejeitos que já foram depositados.

Neste caso, considerando as normas referentes ao licenciamento ambiental e à responsabilidade ambiental:

- a) O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida.
- b) Se a empresa tiver licença ambiental válida, a empresa poderá continuar suas atividades e o órgão ambiental não poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação.
- c) A responsabilidade civil por dano ambiental dependerá da comprovação de culpa.
- d) Em nenhuma hipótese, a empresa responderá criminalmente, haja vista decisão do STF não reconhecendo a responsabilidade de pessoa jurídica por crimes ambientais.

### Questão 34

Governo Federal pretende expandir a malha ferroviária e irá construir mais de mil quilômetros de ferrovia ligando a região sudeste ao sul do país.

Neste caso, será competente para realizar o licenciamento ambiental:

- a) O órgão ambiental federal.
- b) Os órgãos ambientais dos municípios impactados pelo empreendimento.
- c) O órgão ambiental federal e os órgãos ambientais dos estados e municípios impactados.

d) O licenciamento será realizado pelos órgãos ambientais dos estados atingidos, com a supervisão do órgão federal.

## DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

### Questão 35

Ricardo e Fabiana tiveram um breve relacionamento durante o carnaval de 2019, voltando cada um para a sua cidade após o evento, Ricardo em São Paulo/SP e Fabiana no Rio de Janeiro/RJ. Após algumas semanas, Fabiana descobriu que estava grávida, mas decidiu não contar para Ricardo, pois ficou com receio dele não acreditar ser o pai, dadas as circunstâncias que aconteceu o relacionamento. Vera, que era uma amiga em comum de Ricardo e Fabiana, encontrou Ricardo em 2021, decidindo contar-lhe sobre o filho que teve. Ricardo imediatamente procurou Fabiana, com o intuito de reconhecer o filho. Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Ricardo poderá reconhecer o filho por escritura pública ou escrito particular, guardada uma cópia com ambos.
- b) Ricardo poderá reconhecer o filho por testamento, que pode ser revogado, desde que haja erro ou coação.
- c) Ricardo poderá reconhecer o filho por manifestação direta e expressa perante o juiz, desde que o reconhecimento seja o objeto único e principal do ato que o contém.
- d) Ricardo poderá reconhecer o filho por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.

### Questão 36

Davi, judeu, casou-se com Ana, em agosto de 2019. Em setembro de 2021, Davi descobriu que Ana foi condenada por tentativa de homicídio, em 2008, por atear fogo em uma casa de família

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

judia, quando integrava um grupo extremista que apoiava o neonazismo. Diante da situação, Davi quer a anulação do casamento. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Davi não poderá requerer a anulação do casamento, pois o prazo para tanto é de dois anos, a contar da data da celebração, pela prática de crime anterior ao casamento que torne a vida conjugal insuportável.
- b) Davi poderá requerer a anulação do casamento, em até três anos, contados da data da celebração, se a prática do crime tornou a vida conjugal insuportável.
- c) Não é possível a anulação do casamento por prática de crime anterior ao casamento, apenas se cometido posteriormente.
- d) Davi poderá requerer a anulação do casamento, em até três anos, contados da data da descoberta do crime, se a prática deste tornou a vida conjugal insuportável.



# Estratégia

## OAB

**Questão 37**

Analice queria adquirir o imóvel de Luana para aumentar a sua fábrica, que ficava ao lado. Contudo, procurada, Luana recusou-se a vender o imóvel, pois estava ela e sua família no local há gerações. Rafael, esposo de Analice, conhecido na região por ser violento, ao saber da recusa de Luana, a procurou, ameaçando colocar fogo na casa, se ela não a vendesse, enquanto ela estivesse no trabalho e sua filha pequena e sua mãe doente estivessem sós. Luana, temendo pela casa e pela família, decidiu vendê-la. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) O negócio está viciado pela coação, portanto, anulável. Rafael e Analice responderão solidariamente pelas perdas e danos.
- b) O negócio está viciado pelo dolo, portanto, anulável. Rafael e Analice responderão solidariamente pelas perdas e danos.
- c) O negócio está viciado pela coação, portanto, anulável. Apenas Rafael responderá pelas perdas e danos.
- d) O negócio está viciado pelo estado de perigo, portanto, anulável. Rafael e Analice responderão solidariamente pelas perdas e danos.

**Questão 38**

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

Alessandro, viúvo, tinha três filhos, Junior, Jonatas e Jade. Ao falecer, Alessandro deixou um vultuoso patrimônio, mas Junior quer renunciar à sua parte na herança, pois não tinha uma boa relação com o pai. Sobre a renúncia de Junior, é correto afirmar que:

- a) Basta que ele pratique atos contrários à aceitação.
- b) Pode ser feita por instrumento público ou particular registrado em cartório.
- c) Pode ser feita por termo judicial.
- d) Pode ser feita verbalmente.

**Questão 39**

A companhia energética Iluminação S/A, precisa passar cabos de energia pela propriedade de João para chegar até a propriedade de Lauro. Isso porque, ao passar pela propriedade de Antonio, a instalação se tornaria muito mais onerosa, diante dos muitos desníveis no terreno e da passagem de um rio caudaloso. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta:

- a) João deverá ser indenizado pela passagem de cabos, que deve atender também a desvalorização de sua propriedade. A passagem dos cabos independe da vontade de João, pois imposta por Lei.
- b) A passagem dos cabos ocorrerá somente se tiver a concordância de João, pois é oneroso passar por outro local, mas não impossível.
- c) Por ser um direito real sobre coisa alheia, a passagem dos cabos ocorrerá mesmo que não haja concordância de João.
- d) João deverá ser indenizado pela passagem dos cabos, mas não pela desvalorização do terreno, já que se trata de um serviço público.

**Questão 40**

Pedro, com dezesseis anos, ingressou no curso de Direito, na Universidade Federal do Paraná, em 2020. Em 2021, Pedro começou trabalhar gravando vídeos para um aplicativo. Os pais de Pedro consideram que ele tem maturidade suficiente e pretendem emancipá-lo. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Pedro foi emancipado quando ingressou no curso de nível superior.
- b) Pedro foi emancipado quando começou a trabalhar gravando vídeos.
- c) Os pais de Pedro podem emancipá-lo por instrumento público, que deve ser homologado pelo juiz.
- d) Os pais de Pedro podem emancipá-lo por instrumento público, independentemente de homologação judicial.

**Questão 41**

Felipe firmou contrato com Andreia para transportá-la de Belo Horizonte/MG para Brasília/DF. No contrato, havia uma cláusula excludente de responsabilidade em caso de danos causados por terceiros. Pouco antes de chegar ao destino, José perdeu o controle de seu veículo e bateu no carro de Felipe, causando diversas lesões em Andreia e danos em sua bagagem. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta:

- a) Felipe não deve indenizar Andreia, pois o acidente foi causado por culpa exclusiva de terceiro.
- b) Felipe não deve indenizar Andreia, devido à cláusula excludente de responsabilidade prevista no contrato.
- c) Felipe deverá indenizar Andreia, pois a cláusula excludente de responsabilidade é nula e ele responde mesmo que a culpa seja exclusiva de terceiro, tendo apenas ação regressiva contra José.
- d) Felipe e Andreia firmaram contrato de transporte de pessoa, portanto, ele não responde pelos danos causados na bagagem.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Ricardo Torques

**Questão 42**

Aline, de 26 anos, foi vítima de estupro praticado por um desconhecido. Em razão do crime, Aline ficou grávida. Apesar do trauma, Aline criou profundo afeto pelo bebê e optou por dar seguimento à gravidez, no entanto, ela não pretende criar a criança, mesmo tendo condições materiais para tanto. Aline procurou Fernanda, uma amiga sua que é advogada, para esclarecer a situação. Fernanda lhe explicou corretamente que:

- a) Aline deve aguardar o nascimento da criança para que possa manifestar seu interesse em entregar a criança à adoção.
- b) Aline, após o nascimento da criança, poderá entregá-la a qualquer parente próximo que tenha interesse em assumir a paternidade socioafetiva.
- c) Aline deve manifestar seu interesse em entregar a criança à adoção perante a Justiça da Infância e da Juventude, mesmo antes do nascimento.
- d) Aline não poderá se esquivar de criar a criança, que deve permanecer sob a sua custódia como em razão do laço natural que as une.

**Questão 43**

Jorge, de 15 anos, foi apreendido por policiais militares em flagrante de conduta infracional análoga ao crime de roubo com uso de arma branca. Jorge se recusou a se identificar de qualquer forma perante os policiais, alegando que era adolescente. Jorge pediu, ainda, que fosse devolvido



**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

ao seu domicílio, onde estavam os seus pais, mas os policiais o encaminharam de imediato à delegacia de polícia responsável por atender adolescentes. Sobre a situação descrita, podemos afirmar que:

- a) Jorge exerceu corretamente o direito de não se identificar previsto no ECA e os policiais agiram corretamente ao conduzi-lo à delegacia responsável.
- b) Jorge exerceu corretamente o direito de não se identificar previsto no ECA, mas os policiais não agiram corretamente, pois ele deveria ser devolvido aos seus pais.
- c) Jorge não agiu corretamente, pois é seu dever se identificar aos órgãos policiais, mas os policiais agiram corretamente ao conduzi-lo à delegacia responsável.
- d) Jorge não agiu corretamente, pois é seu dever se identificar aos órgãos policiais, e tampouco agira corretamente os policiais agiram, pois ele deveria ser devolvido aos seus pais.

---

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

---

Igor Maciel

**Questão 44**

Maria, pessoa idosa e bastante humilde, compareceu ao Banco Plus para renegociar o valor do seu empréstimo consignado que havia sido feito em seu benefício de aposentadoria. Fernanda, gerente do Banco Plus, verificando que Maria já havia quitado metade do seu saldo devedor, prometeu à idosa a renegociação de sua dívida, nas seguintes condições: o valor mensal da parcela do empréstimo de Maria seria reduzido em 2/3, porém, o saldo devedor triplicaria e a quantidade de parcelas restantes duplicaria. Apesar das condições, Maria ficou bastante satisfeita e aceitou a renegociação. Ao chegar em sua casa e contar a novidade para Catarina, sua filha, ficou surpresa, pois não havia compreendido as reais condições da renegociação de sua dívida. Como o contrato já havia sido averbado, Maria decidiu ingressar com ação judicial. Na qualidade de advogado de Maria, a respeito da inversão do ônus da prova no CDC, é correto afirmar que:

- a) Tanto a hipossuficiência, quando a vulnerabilidade, são regras de direito processual, por isso, ambas, isoladamente, permitem a inversão do ônus da prova.
- b) A vulnerabilidade é regra de direito material e a hipossuficiência é regra de direito processual, por isso, essa última permite a inversão do ônus da prova.
- c) A hipossuficiência é regra de direito material e a vulnerabilidade é regra de direito processual, por isso, apenas a segunda permite a inversão do ônus da prova.
- d) Tanto a hipossuficiência, quando a vulnerabilidade, são regras de direito material, por isso, ambas, isoladamente, permitem a inversão do ônus da prova.

**Questão 45**

Marlene celebrou contrato de prestação de serviços diretamente com Flávio, dentista especialista, para o implante de um de seus dentes. Ocorre que Flávio utilizou no implante dentário materiais fora dos padrões de segurança, técnica nova utilizada em outros países, porém, sem aprovação do Conselho Federal de Odontologia. Marlene, ao tomar conhecimento do fato, procurou um advogado para ajuizar a correspondente ação judicial de reparação. Diante dessa situação, na qualidade de advogado de Marlene, é correto afirmar que:

- a) Considerando a existência de relação de consumo entre Marlene e Flávio, caso seja comprovado o fato do serviço, Flávio responderá objetivamente, independente de culpa.
- b) Não existe relação de consumo entre Marlene e Flávio, pois Flávio é profissional liberal, por isso, a responsabilidade de Flávio será determinada pelas regras do Código Civil.
- c) Considerando a existência de relação de consumo entre Marlene e Flávio, caso seja comprovado o fato do serviço, Flávio responderá mediante a verificação da culpa.
- d) O serviço prestado por Flávio não pode ser considerado defeituoso, pois trata-se apenas da adoção de novas técnicas.

**DIREITO EMPRESARIAL**

Alessandro Sanchez

**Questão 46**

A sociedade Lightning Ltda., está passando por reestruturação. Em seu contrato social quanto nas disposições legais relativas ao tipo adotado pela sociedade não há norma regulando a legislação de aplicação supletiva.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) haverá a aplicação das normas de sociedades por ações.
- b) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades anônimas.
- c) haverá aplicação subsidiária das normas de sociedades simples.
- d) Os sócios serão obrigados a incluir, no contrato, cláusula dispendo sobre a regência supletiva.

**Questão 47**

Vanessa e Priscila são condôminas de uma quota de sociedade limitada no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). A sócia Priscila pretende adquirir a totalidade das quotas, mas pretende integralizá-las com serviços.

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

Você é consultado(a), como advogado(a), sobre a possibilidade de a sociedade aceitar a integralização das quotas por intermédio de serviços. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- a) Ela é obrigada à integralização do capital em dinheiro ou bens suscetíveis de avaliação em dinheiro.
- b) Ela poderá integralizar a sua parte em serviços, basta indicar o valor de sua hora e os seus efeitos econômicos para a sociedade no contrato social.
- c) Ela poderá integralizar as quotas em serviços, desde que haja previsão contratual.
- d) Ela não poderá integralizar as quotas em serviços, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.

**Questão 48**

Igor adquiriu uma boia para a piscina de sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque pré-datado em pagamento e se comprometeu a não o antecipar. Infelizmente, dias após, o cheque é devolvido na conta bancária do emitente, que, felizmente não sofreu nenhum prejuízo material.

Com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

- a) Ainda que não haja o prejuízo material, haverá a caracterização de dano moral.
- b) Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.
- c) Pode ensejar apenas dano moral, mas sem ultrapassar a quantia de 100 salários-mínimos como indenização.
- d) Pode ensejar indenização apenas se o cheque for devolvido sem provisão de fundos.

**Questão 49**

Marquito emitiu nota promissória à vista em favor de Ratinho. Antes da apresentação a pagamento, Ratinho realizou endosso sem garantia para Anitta.

De posse do título, é correto afirmar que Anitta

- a) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho e Marquito.
- b) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Ratinho.
- c) poderá exercer todos os direitos inerentes ao título, mas não terá direito de cobrança em face de Marquito.
- d) Poderá realizar a cobrança de ambos, mas não poderá transferir o título a outra pessoa.

**Questão 50**

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

A sociedade anônima Rio Preto S/A, fundada pelos sócios Ribeirão e São José, constituída por subscrição particular pretende abrir o seu capital para transacionar as suas ações na bolsa de valores.

Considerando-se o tipo societário e a responsabilidade legal dos sócios a ele inerente após a abertura de capital, assinale a afirmativa correta.

- a) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o preço de emissão das ações por eles subscritas.
- b) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o valor das quotas por eles subscritas, mas solidariamente pela integralização do capital.
- c) Ribeirão e São José responderão ilimitada, solidária e subsidiariamente pelas obrigações sociais.
- d) Ribeirão e São José responderão limitadamente até o preço de emissão das ações devidamente integralizadas.



# Estratégia

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

OAB

Ricardo Torques

**Questão 51**

Niels, cidadão da Dinamarca, casou-se com uma brasileira, Sara. O casal comprou um imóvel na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, mas eles residem em Copenhagen, na Dinamarca. Os dois acabaram se desentendendo e, por isso, iniciaram um processo de divórcio na Dinamarca. A justiça dinamarquesa decretou o divórcio e procedeu à partilha dos bens, determinando que o imóvel na Barra da Tijuca passasse a ser de propriedade exclusiva de Niels. Niels consulta você como advogado para saber sobre a validade da medida. Você corretamente respondeu que:

- a) a medida pode ser cumprida no Brasil por meio de cooperação jurisdicional direta, sendo desnecessária a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) a medida pode ser cumprida no Brasil, mas será necessária a homologação prévia pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) não será possível o cumprimento da medida, pois nosso sistema jurídico não admite o reconhecimento de divórcios decretados por país estrangeiro.
- d) não será possível o cumprimento da medida, pois a competência da justiça brasileira é exclusiva em relação à partilha de bens situados no Brasil.

**Questão 52**

Pedro, advogado, representou o autor de uma ação de indenização por danos decorrentes de má gestão financeira por parte dos administradores de uma sociedade anônima. A decisão, que transitou em julgado, determinou a condenação dos réus em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em benefício do autor, no entanto, foi omissa quanto à fixação de honorários advocatícios. Apenas após o trânsito em julgado Pedro se deu conta da omissão. Nesse caso, em relação ao direito de Pedro de perceber honorários de sucumbência, é correto afirmar que:

- a) ocorreu a decadência do direito de buscar a condenação do réu em honorários de sucumbência em razão do trânsito em julgado da decisão omissa.
- b) é cabível o ajuizamento de ação autônoma para a cobrança dos honorários.
- c) apesar da omissão, é cabível o ajuizamento diretamente de ação de execução em face do réu, sendo que o juiz da execução irá, em incidente prévio, arbitrar o valor devido a título de honorários.
- d) apesar da omissão, é cabível o cumprimento da decisão condenatória no tocante aos honorários de sucumbência, pois estes são considerados um pedido implícito e estão sempre abarcados pela condenação.



# Estratégia

OAB

**Questão 53**

A empresa Alfa, comerciante de um produto defeituoso, foi processada por um consumidor lesado. A empresa promoveu o chamamento ao processo da empresa Beta, distribuidora do produto, na qualidade de devedora solidária. O juiz admitiu o chamamento e, promovida a citação da Beta, esta permaneceu revel. Ao final, a decisão foi julgada procedente, tendo sido ambas as empresas, Alfa e Beta, condenadas de forma solidária ao pagamento integral da indenização. Constatou-se ainda da decisão capítulo em que foram distribuídas as proporções de responsabilidade de cada uma das empresas, determinando o juiz que a empresa Alfa era responsável por apenas 10% do valor total, em razão da sua culpa reduzida. Iniciado o cumprimento de sentença, a empresa Alfa promoveu o pagamento integral, a fim de evitar qualquer acréscimo pecuniário. A Alfa agora pretende se ressarcir em face da Beta. Nesse caso:

- a) a empresa Alfa poderá promover o cumprimento da própria sentença em que reconhecida a condenação solidária, podendo cobrar da empresa Beta o valor integral pago.

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

- b) a empresa Alfa poderá promover o cumprimento da própria sentença em que reconhecida a condenação solidária, mas poderá cobrar apenas a proporção devida por Beta, correspondente a 90% do valor pago.
- c) a empresa Alfa deverá ajuizar ação monitória em face da Beta, valendo a sentença que reconheceu a condenação solidária como prova documental preliminar do débito.
- d) a empresa Alfa deverá ajuizar ação de conhecimento em face da Beta, pois a decisão que reconheceu a condenação solidária não tem eficácia executiva autônoma.

**Questão 54**

Antônio propôs, na Justiça Federal de Belém do Pará, ação de revisão de débito de contrato bancário em face da Caixa Econômica Federal. O autor pretende que seja aplicada por analogia, ao seu contrato, disposição contida numa lei federal que regula tipo contratual similar. O juiz, ao analisar a petição inicial, verificou que há súmula do Tribunal Regional Federal da 1ª Região a respeito da questão. O entendimento sumulado é desfavorável a Antônio, vedando a aplicação analógica da referida lei federal. Consultando mais a fundo, o juiz verificou que a súmula foi editada em razão de diversos entendimentos idênticos adotados em casos singulares julgados pelo Tribunal. Nesse caso, o juiz:

- a) poderá declarar a inépcia da inicial, em razão da manifesta contrariedade à jurisprudência dominante.
- b) poderá indeferir a inicial em razão da manifesta ausência de interesse processual.
- c) poderá julgar o pedido liminarmente improcedente, considerando a existência de entendimento sumulado do Tribunal Regional sobre o assunto.
- d) deverá dar curso normal ao processo, não sendo o caso de indeferimento da inicial ou julgamento liminar de improcedência.

**Questão 55**

Mauro emprestou seu carro para Gabriel, Rafael e Daniel. O carro desapareceu. Os três se furtam a dar qualquer explicação do fato para Mauro. Mauro propôs ação indenizatória em face dos três, buscando se ressarcir do prejuízo. Na contestação, os três réus negam peremptoriamente o fato, afirmando que jamais tomaram o carro emprestado. Mauro pediu o depoimento pessoal dos três, o que foi deferido pelo juiz. Eis o resultado dos depoimentos: Gabriel negou ter tomado o carro emprestado; Rafael negou ter tomado o carro emprestado; e Daniel afirmou que os três réus

### 6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021

tomaram o carro emprestado e o venderam a um terceiro, Zenaldo. A partir desses fatos, podemos afirmar que:

- a) o depoimento de Daniel não caracteriza confissão, pois essa só ocorreria caso os três réus prestassem depoimento idêntico.
- b) Daniel poderá se retratar da sua confissão caso Zenaldo compareça ao processo como testemunha e afirme que não comprou o carro.
- c) a confissão de Daniel é irrevogável, mas ele a poderá anular se provar que foi coagido por Mauro.
- d) a confissão de Daniel faz prova plena contra os três réus, que poderão ser condenados a prestar a indenização pretendida.

### Questão 56

Sérgio, famoso palestrante, se comprometeu por contrato a participar de uma sequência de 20 (vinte) entrevistas a serem transmitidas pelo *site* de notícias Informe. Após as duas primeiras entrevistas, Sérgio deixou de comparecer às entrevistas e afirmou expressamente que não iria mais participar do evento. A empresa responsável pelo *site* promoveu ação de obrigação de fazer em face de Sérgio para forçar este a comparecer às entrevistas, tendo o juiz fixado, em sede de tutela provisória, multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada ausência. Sérgio, ainda assim, não compareceu a nenhuma das 18 entrevistas restantes. Dessa feita, a empresa alegou nos autos a impossibilidade de cumprimento posterior da obrigação de fazer, já que havia terminado o ciclo de entrevistas. Assim, a empresa apresentou petição requerendo a conversão do pedido em perdas e danos no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Sobre essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) não cabe a conversão em perdas e danos pretendida, pois o nosso sistema processual privilegia a tutela específica, devendo o juiz extinguir o processo sem julgamento de mérito.
- b) é possível a conversão em perdas e danos pretendida, no entanto esse pedido é incompatível com a cobrança conjunta das multas processuais.
- c) não cabe a conversão em perdas e danos pretendida, mas é possível a cobrança das multas processuais fixadas, devendo o juiz proferir decisão condenatória em face de Sérgio.
- d) é possível a conversão em perdas e danos pretendida e esse pedido é compatível com a cobrança conjunta das multas processuais.

**Questão 57**

Cláudia e Joana são, respectivamente, locatária e locadora de um imóvel situado em Boa Vista, Roraima. Joana pretendia promover o aumento do valor do aluguel, o que gerou uma disputa com Cláudia. As duas se mostraram aptas ao diálogo e promoveram ampla troca de informações. Joana, durante as tratativas, apresentou a Cláudia diversas ofertas de locação do referido imóvel completamente forjadas, apresentando valores muito superiores aos de mercado. Cláudia, iludida, aceitou uma proposta por valor bastante elevado para permanecer no imóvel. Referido aditivo contratual foi submetido a um juiz de primeiro grau, que o homologou. Posteriormente, Cláudia percebeu a fraude cometida por Joana e procurou um advogado. O advogado lhe informou que seria necessário promover:

- a) uma ação rescisória, de competência do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, devendo Cláudia depositar em juízo 5% do valor da causa para que a ação seja processada.
- b) uma ação rescisória, de competência da justiça estadual de primeiro grau, devendo Cláudia depositar em juízo 5% do valor da causa para que a ação seja processada.
- c) uma ação anulatória, de competência do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, mas não é necessário depositar qualquer valor para que a ação seja processada.
- d) uma ação anulatória, de competência da justiça estadual de primeiro grau, mas não é necessário depositar qualquer valor para que a ação seja processada.

**DIREITO PENAL**

Cristiano Rodrigues

**Questão 58**

Gustavo, funcionário público de determinada repartição pública do Estado de São Paulo, enquanto organizava os arquivos de sua repartição, acabou, por desatenção, jogando ao lixo, juntamente com materiais inúteis, um importante livro oficial, que veio a se perder. Considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de Gustavo:

- a) configura crime de prevaricação.
- b) configura crime de condescendência criminosa.
- c) configura situação atípica.
- d) configura crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.

**Questão 59**

Waldo pretendia matar Romario, camisa 11 melhor jogador de futebol do time que era seu adversário no campeonato do bairro. No dia de um jogo, Waldo vê, de costas, um jogador com a camisa 11 do time rival. Acreditando ser Romario, efetua diversos disparos de arma de fogo, mas, na verdade, aquele que vestia a camisa 11 era Pedro, adolescente que substituiu Romario naquele



**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

jogo. Em virtude dos disparos, Pedro faleceu. Considerando a situação narrada, assinale a opção que indica o crime cometido por Waldo.

- a) Homicídio consumado, considerando-se as características de Romario, pois houve erro na execução.
- b) Homicídio consumado, considerando-se as características de Romario, pois houve erro sobre a pessoa.
- c) Homicídio consumado, considerando-se as características de Pedro.
- d) Tentativa de homicídio contra Romario e homicídio culposo contra Pedro.

**Questão 60**

Renato foi condenado pela prática de crime a pena privativa de liberdade de 04 anos e 06 meses, tendo a sentença transitado em julgado em 10/02/2008. Após cumprir 02 anos e 06 meses de pena, obteve livramento condicional em 10/08/2010, sendo o mesmo cumprido com correção e a pena extinta em 10/08/2012. Em 15/09/2015, Renato pratica novo crime, dessa vez de roubo, tendo como vítima senhora de 60 anos de idade, circunstância que era do seu conhecimento, porém 3 dias depois, e antes do oferecimento da denúncia, reparou integralmente o dano causado. Na sentença, o magistrado condenou o acusado, reconhecendo a existência de duas agravantes pela reincidência e idade da vítima, além de não reconhecer o arrependimento posterior. Você como advogado (a) de Renato deve pleitear:

- a) reconhecimento do arrependimento posterior.
- b) reconhecimento da tentativa.
- c) afastamento da agravante da reincidência.
- d) afastamento da agravante pela idade da vítima.

**Questão 61**

Após realizarem o roubo de um caminhão de carga, os autores não sabem como guardar as coisas subtraídas até o transporte para outro Estado no dia seguinte. Diante dessa situação, procuram Pedro, amigo dos criminosos, e pedem para que ele guarde a carga subtraída no seu sítio por 2 dias, informando a ele a origem ilícita da produtos. Pedro, para ajudá-los, permite que a carga fique no seu sítio, pelo período acordado. Porém, a polícia encontra na manha seguinte todo o material no sítio de Pedro, que é preso em flagrante. Diante dos fatos, você, advogado (a) da família deverá informar aos pais do autor que ele deverá responder pelo crime de:

- a) receptação.
- b) receptação qualificada.
- c) favorecimento real.
- d) roubo majorado.

**Questão 62**

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

Flavia mantém relacionamento clandestino com Jose. Acreditando estar grávida, procura o seu amigo Paulo, que é auxiliar de enfermagem, e implora para que ele faça o aborto. Paulo, que já auxiliou diversas cirurgias legais de aborto, acreditando ter condições técnicas de realizar o ato sozinho, atende ao pedido de sua amiga, preocupado com a situação pessoal de Flavia, que não poderia assumir a gravidez por ela anunciada. Durante a cirurgia, em razão da imperícia de Paulo, Flavia vem a falecer, ficando apurado posteriormente que, na verdade, ela não estava grávida. Em razão do fato narrado, você, advogado (a) de Paulo, deverá informá-lo de que ele irá responder pelo crime de:

- a) aborto tentado com consentimento da gestante qualificado pelo resultado morte.
- b) aborto tentado com consentimento da gestante.
- c) homicídio doloso.
- d) homicídio culposo.

**Questão 63**

Gustavo, juntamente com seu sobrinho Rodolfo, de 14 anos, iniciam a execução da subtração de um veículo automotor. Gustavo portava arma de fogo e, quando a vítima tentou empreender fuga, realizou 3 disparos contra ela, para conseguir subtrair o carro. O proprietário do automóvel faleceu no local, porém, os agentes acabaram não levando o veículo, já que a Polícia já se aproximava. Gustavo acaba sendo denunciado pelo crime de latrocínio consumado e corrupção de menores em concurso formal, condenado à pena mínima de 24 anos pelo crime do Art. 157, § 3º, do Código Penal, e à pena mínima de 01 ano pelo delito de corrupção de menores. Reconhecido, porém, o concurso formal de crimes, a pena mais grave foi aumentada de 1/6, resultando em um total de 28 anos de reclusão. Considerando a situação narrada, você como advogado (a) de Gustavo poderia pleitear:

- a) a aplicação da pena intermediária abaixo do mínimo legal, em razão do reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.
- b) a aplicação da regra do cúmulo material em detrimento da exasperação, pelo concurso formal de crimes.
- c) o reconhecimento da modalidade tentada do latrocínio, já que o veículo automotor não foi subtraído.
- d) o afastamento da condenação por corrupção de menor, pela natureza material do delito.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Ivan Marques

**Questão 64**

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

Indignado com a instauração de inquérito policial requisitado pelo juiz de direito da 4ª Vara Criminal do Fórum Central, pelo fato de ter subtraído um pacote de pão do mercado para saciar a fome de seus dois filhos, Diógenes pede a sua ajuda na saída do Fórum. Você, ciente do estado de necessidade de terceiro e, portanto, da licitude da conduta praticada, impetrou *habeas corpus* requerendo o trancamento da investigação preliminar no órgão jurisdicional competente. Diante do não conhecimento do *habeas corpus*, você deverá apresentar

- a) recurso em sentido estrito.
- b) recurso de apelação.
- c) recurso ordinário constitucional.
- d) reclamação constitucional.



# Estratégia

## OAB

**Questão 65**

Edson foi absolvido em 1ª instância após ser denunciado pela prática de um crime de roubo em face de Rogério. O Ministério Público interpôs recurso de apelação, sendo a sentença de primeiro grau reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima para condenar o réu à pena mínima de 04 anos, sendo certo que o acórdão transitou em julgado. Sete anos depois da condenação, já tendo cumprido integralmente a pena, Edson vem a falecer. Posteriormente, o filho de Edson encontra um vídeo no qual foi gravada uma conversa entre Edson e Rogério, em que este admite ter mentido ao dizer que foi vítima do crime pelo qual Edson foi condenado, mas que a atitude foi tomada por dívidas de jogo. O advogado da família é imediatamente acionado. Diante da situação narrada, é correto afirmar que:

- a) não poderá ser apresentada revisão criminal, pois a pena de Edson já havia sido extinta pelo cumprimento.
- b) não poderá ser apresentada revisão criminal, pois o acusado, que é quem teria legitimidade, já morreu.
- c) poderá ser apresentada revisão criminal, sendo competente para julgamento o Superior Tribunal de Justiça.

d) poderá ser apresentada revisão criminal, sendo competente para julgamento o Tribunal de Justiça de Roraima.

### Questão 66

Diana, após desentendimento com a sua namorada Penélope em um jantar, desferiu um soco em seu olho, causando-lhe um hematoma. Tal fato foi adequado formalmente ao delito de lesão corporal leve (art. 129, *caput*, do Código Penal). Após condenada criminalmente a uma pena de prisão, o único benefício a que teria direito, após a confirmação de vulnerabilidade física entre a agressora e a vítima, seria:

- a) a composição civil dos danos.
- b) a suspensão condicional da pena.
- c) acordo de não persecução penal.
- d) a transação penal.



# Estratégia

OAB

### Questão 67

Em uma ação penal privada, Célia e seu advogado constituído ofereceram queixa-crime em face de Carlito, imputando-lhe a prática dos delitos de difamação e injúria, após notícia agressiva em um blog de fofocas. A composição civil dos danos restou infrutífera. Após o regular processamento e a instrução probatória, em suas alegações orais finais, o advogado da querelante esqueceu de pedir a condenação pela prática do crime de difamação (art. 139, CP). Diante da omissão do causídico, é correto afirmar que

- a) deverá ser extinta a punibilidade de Carlito em relação ao crime de difamação, em razão da preempção.
- b) deverá ser extinta a punibilidade de Carlito em relação ao crime de difamação, em razão do perdão do ofendido.

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

c) deverá ser extinta a punibilidade de Carlito em relação ao crime de difamação, em razão da renúncia ao direito de queixa.

d) poderá Carlito ser condenado pela prática dos dois crimes contra a honra, já que houve manifestação da querelante em audiência.

**Questão 68**

Pedro e Bino foram condenados pela prática de receptação culposa à pena de 1 ano de detenção no regime aberto. Porém, o juiz deixou de substituir a pena de prisão por pena restritiva de direitos. Por força do regime aberto, conformados com a sentença condenatória, os réus renunciaram expressamente ao direito de recorrer, quando intimados nas respectivas residências. Ocorre que, no último dia do prazo, o advogado de Bino apelou da decisão. Os desembargadores não conheceram do recurso diante da renúncia expressa dos condenados. Com base nas informações expostas, aponte a alternativa correta:

- a) Acertada a decisão dos desembargadores, pois o direito de recorrer é personalíssimo.
- b) Os desembargadores agiram corretamente, pois quando há divergência entre a vontade do cliente e do advogado, deve prevalecer a do cliente.
- c) Os desembargadores erraram ao não conhecer o recurso de apelação pois deve prevalecer a vontade de quem deseja recorrer, seja o cliente, seja o advogado.
- d) Os desembargadores agiram errado ao não conhecer do recurso, pois a apelação admite o efeito extensivo para o advogado.

**Questão 69**

Após cumprir 70% de sua pena em regime fechado, ostentando bom comportamento carcerário em seu boletim informativo (B.I.), Toninho "Puro Sangue" requereu a progressão para o regime semiaberto, tendo cumprido os requisitos objetivos e subjetivos para a obtenção do benefício (artigo 112 LEP). O Ministério Público foi favorável à progressão, porém o pedido foi negado pelo juiz da vara das execuções penais da Comarca de Aparecida-SP, sob o argumento da gravidade do crime praticado pelo condenado. Você, advogando para Toninho, deverá interpor qual recurso e em qual prazo:

- a) Agravo em execução, em 15 dias.
- b) Agravo em execução, em 5 dias.
- c) Recurso em Sentido Estrito, em 5 dias.
- d) Recurso em Sentido Estrito, em 15 dias.

**DIREITO DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 70**

**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

Carolina Lima foi contratada para trabalhar como cozinheira na casa da Família Santana, percebendo mensalmente a quantia de R\$ 1.500,00.

No ato da contratação, a empregada foi informada verbalmente de que o seu intervalo para repouso e alimentação seria de 30 minutos diários, bem como de que haveriam descontos em seu salário a título de alimentação, sendo esta fornecida diretamente pela empregadora.

Contudo, no mês setembro de 2021, a empregada entrou conflito com o empregador, queixando-se de sua remuneração e da forma como era tratada por toda a família, o que culminou em sua dispensa sem justa causa, percebendo todas as verbas rescisórias devidas.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta:

- a) O acordo firmado entre as partes para a redução do intervalo, assim como o desconto salarial referente à alimentação são tidos lícitos.
- b) O acordo firmado entre as partes para a redução do intervalo é lícito, mas os descontos salariais, fruto do fornecimento de alimentação, tornam-se vedados pela legislação vigente.
- c) O acordo firmado para redução do intervalo, assim como os descontos salariais à título de alimentação são irregulares.
- d) O acordo firmado entre as partes é válido apenas quanto a possibilidade de descontos salariais referentes ao fornecimento de alimentação.

**Questão 71**

Diante da forte crise financeira que assola a empresa "XPTO", o Diretor Executivo procura o setor de Recurso Humanos da empresa para verificar a possibilidade de alterar a data de pagamento do salário mensal dos empregados.

Considerando o caso narrado, o prazo que o empregador tem para efetuar o pagamento de salário ao empregado é:

- a) no máximo, até o dia cinco do mês subsequente ao vencido.
- b) no máximo, até o dia dez do mês subsequente ao vencido.
- c) até o primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido.
- d) no máximo, até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

**Questão 72**

Após a crise ocasionada pela Covid-19, o empregador pretende alterar o regime dos empregados para o de teletrabalho. Nos termos dos ditames trazidos pela Lei nº 13.467/2017 e os impactos no teletrabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O sindicato da classe dos empregados deverá instruir os empregados, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho.
- b) O eventual comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.
- c) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços fora das dependências do empregador que habitualmente constitua como trabalho externo.
- d) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado.

**Questão 73**

A empresa "X" dispensou Jurena, empregada mais antiga na sociedade empresária, e determinou o cumprimento do aviso prévio trabalhado, o que era equivalente a 39 dias. A empresa ainda informou que indenizaria a empregada as horas que deveriam ser reduzidas em sua jornada, durante o período do aviso prévio.

Acerca dos atos realizados pelo empregador, no curso do aviso prévio, assinale a alternativa correta.

- a) É ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
- b) É lícita a substituição do período que se reduz da jornada de trabalho, no curso do aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes com acréscimo de 50%.
- c) É lícita a substituição do período que se reduz da jornada de trabalho, no curso do aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes, quando houver expressa autorização em negociação coletiva.
- d) É lícita a substituição do período que se reduz da jornada de trabalho, no curso do aviso prévio, em caso de força maior, hipótese em que as horas excedentes deverão ser pagas como horas extras.

**Questão 74**

Júnior trabalha na empresa “Delta LTDA” e percebe adicional de insalubridade em decorrência da realização de atividades em que fica submetido a agente insalubre em grau máximo.

Contudo, após grande reforma estrutural, a empresa melhor adequou-se às normas de saúde e segurança do trabalho e conseguiu eliminar o contato dos empregados com o agente insalubre, tudo através de um novo equipamento de proteção individual, o que implicou em retirada da folha de pagamento dos empregados do referido adicional.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que:

- a) O empregado possui direito à continuidade do pagamento do adicional de insalubridade, em razão de referir-se a direito adquirido.
- b) O empregado não mais terá direito ao pagamento do adicional de insalubridade, uma vez que com a eliminação do contato com o agente insalubre, se terá a perda do direito ao respectivo adicional.
- c) O empregado tem direito à continuidade do pagamento de adicional de insalubridade, agora pago proporcionalmente ao risco sofrido.
- d) O empregado tem direito à continuidade do pagamento do adicional de insalubridade, já que a sua supressão apenas torna-se possível por decisão judicial.

**Questão 75**

Caique, 15 anos, foi contratado na condição de aprendiz para laborar em uma Mecânica de carros, “Pura Velocidade” Ltda. No ato da contratação, o empregador informou acerca da jornada de trabalho a ser realizada, bem como os direitos trabalhistas a que teria direito.

Acerca do tema, aprendiz, assinale a alternativa correta.



**6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021**

- a) O contrato de aprendizagem é contrato de trabalho especial, ajustado por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, devendo, obrigatoriamente, ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- b) A aprendizagem é um contrato de trabalho especial que não gera vínculo empregatício entre as partes que o celebram, uma vez que o seu intento não é o exercício profissional em si, mas a formação educativa do menor.
- c) O contrato de aprendizagem será extinto quando o aprendiz completar 21 anos de idade.
- d) No contrato de aprendizagem, a duração do trabalho não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada, em qualquer hipótese.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

**Questão 76**

Elzinha teve a sua casa penhorada nos autos de uma Ação Trabalhista movida por Lázaro Ramos em face da Empresa "Look Gold" Ltda. Inconformada com a situação, Elzinha procurou um advogado para tentar uma solução acerca do ocorrido, no intuito de conseguir a liberação de seu bem imóvel, tendo em vista que nunca fez parte dos quadros da sociedade empresária e, tampouco, conhecia os seus sócios.

Como advogado(a) de Elzinha, assinale a medida judicial adequada à situação fática retratada.

- a) Reintegração de Posse.
- b) Imissão na Posse.
- c) Exceção de Pré-Executividade.
- d) Embargos de Terceiro.

**Questão 77**

Aroldinho era empregado de uma Mineradora no interior de Minas Gerais há cinco anos, quando foi surpreendido, em julho de 2021, com uma rescisão unilateral pelo seu empregador. Considerando-se lesado no recebimento das verbas rescisórias, o trabalhador buscou firmar acordo extrajudicial com a antiga empregadora. Na hipótese narrada,

6º Simulado de Reta Final OAB 09/10/2021

- a) o trabalhador poderá requerer pessoalmente ao judiciário trabalhista, de modo escrito ou verbal, a homologação do acordo.
- b) o trabalhador e a antiga empregadora poderão propor a homologação do acordo mediante processo de jurisdição voluntária, representados por advogado comum.
- c) o juiz do trabalho, ao deferir o pedido, poderá executar de ofício as contribuições sociais relativas ao objeto do acordo que homologar.
- d) o juiz do trabalho, ao receber o pedido de homologação do acordo extrajudicial, designará audiência, mesmo que as partes sejam assistidas por advogado comum.

**Questão 78**

Ferreirito, proprietário da empresa “Arte e Produto Original Ltda.”, teve penhoradas obras de arte de sua propriedade para satisfazer execução de sentença condenatória proferida em reclamação trabalhista movida por Priscilinha.

Em sede de leilão, as obras foram arrematadas pelo valor de R\$ 60.000,00.

Neste caso, aquele que arrematou, deverá garantir o lance com sinal correspondente a

- a) R\$ 30.000,00, devendo pagar a diferença no prazo máximo de três dias.
- b) R\$ 9.500,00, devendo pagar a diferença dentro de 24 horas.
- c) R\$ 15.000,00, devendo pagar a diferença no prazo máximo de três dias.
- d) R\$ 12.000,00, devendo pagar a diferença dentro de 24 horas.

**Questão 79**

Delsinho propôs Reclamação Trabalhista e contratou para esta empreitada a melhor advogada, Dra. Lívia.

O escritório de Lívia possuía muitos advogados e, desde o início do processo, solicitou-se que as intimações fossem realizadas em nome da Dra. Clarice.

A sentença foi publicada, mas a Dra. Clarice não foi intimada, o que tão somente ocorreu em nome de Dra. Lívia, implicando na perda do prazo do recurso.

Nesta situação, assinale a alternativa correta.

- a) A intimação é nula, já que constatado um claro prejuízo à parte.
- b) A intimação é válida, já que é responsabilidade de todos os advogados da procuração o controle de prazo.
- c) A intimação será nula, independente da existência de prejuízo.
- d) A intimação é válida, já que se consumou o ato processual da intimação.

### Questão 80

Julgue as assertivas a seguir, de acordo com as normas de Direito Processual do Trabalho, previstas na CLT:

- I. Os prazos processuais estabelecidos pela CLT poderão ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, segundo o entendimento do juízo.
- II. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita.
- III. Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.

#### Estão corretas:

- a) As assertivas I e III.
- b) As assertivas I e II.
- c) As assertivas II e III.
- d) Somente a assertiva II.



Estratégia  
OAB

## Conheça nossos cursos:

Curso para a 1ª fase:

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

## Conheça nosso Sistema de Questões!



ASSINE: Estratégia Questões:

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

Estratégia  
OAB